

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE
FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/020016

RECORRENTE: HENRIQUE MEDEIROS DUARTE

PROPRIETÁRIO: RENAN RANYERE JOSE LUCENA SILVA

**RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA -
SIT**

AUTO DE INFRAÇÃO: R000452985

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de
Infração.**

ACÓRDÃO JARI Nº

**EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, I do CTB,
“ Transitar em velocidade superior a máxima
permitida em ate 20%.” Arguição de matéria
exclusivamente de fato e particular que não
vincula a Administração Pública. Infração de
Trânsito cometida supostamente pelo antigo
proprietário do veículo atuado. Obrigação
“propter rem” Máxima Jurídica que nos informa
que o “acessório segue o principal.”
Responsabilidade solidária do
proprietário/adquirente do veículo. Ausência de
prova da alegada cautela por parte na compra do
veículo. Multa devida. Recurso Conhecido e
Improvido.**

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pelo antigo proprietário, em face do rigor do artigo 218, I do CTB, com base no auto de infração R000452985, lavrado no dia **10/03/2017**, na Rod. BA526, Km 16, sentido crescente, Salvador/Bahia.

Alega o Recorrente não ser merecedor da penalidade a ele aplicada, por aduzir que à época da ocorrência tinha vendido o veículo ao proprietário, atribuindo a responsabilidade ao novo proprietário.

Nas suas razões, em que pese a narração fática, se limita a atribuir a culpa pela ocorrência da infração ao novo proprietário do veículo, pelo que acostou aos autos cópias dos documentos como **cópia do CRLV, cópia da NIP.**

É o relatório.

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória. Isto posto, verifico que as razões recursais não atendem aos interesses legais do Recorrente, Quanto a alegação de aquisição do veículo de terceiro, verifico que da análise do Sistema de Multas de Trânsito – SMT, percebe-se que o Recorrente procedeu com a transferência do veículo somente em **05/06/2017**, data posterior a data da autuação.

Em que pese o Recorrente alegue que adquiriu o seu veículo de terceiro, admitindo que a data da autuação da infração de trânsito ocorreu em momento anterior ao negócio jurídico de compra do veículo que celebrou com o antigo proprietário do veículo autuado, certo é que não é possível vislumbrar qualquer ilegalidade ou irregularidade na lavratura do AIT, eis que a multa ainda estava em trâmite quando da transferência do veículo, porém o antigo proprietária **Henrique Medeiros Duarte**, já tinha conhecimento da autuação naquela oportunidade, pois recebeu a NAI – Notificação de Autuação de Infração de Trânsito no seu endereço, na data de **10/04/2017**.

Outrossim, vige o brocardo jurídico que nos informa que “o acessório segue o principal”, pois, tendo o Recorrente adquirido o veículo do **SR HENRIQUE MEDEIROS DUARTE**, deveria ter a cautela de checar a sua situação fiscal quanto a existência de eventuais multas e outros tributos junto ao Órgão Estadual de Trânsito – DETRAN/BA, e se fosse o caso, deduzir tais débitos do preço do bem, pois quando da transferência em **05/06/2017** já tinha ocorrido a aplicação da penalidade de multa, porém não havia trâmite no sistema do DETRAN BAHIA informando a existência da multa. Não feito isto, passa a ser do comprador a responsabilidade por eventuais dispêndios futuros pela impossibilidade de oposição à administração pública, visto que uma vez transferido o veículo administrativamente junto ao órgão estadual de trânsito, responde o atual proprietário pelos débitos decorrentes das multas em caráter solidário, inclusive, por autuações passadas, ainda que cometidas pelo antigo proprietário. Isso porque, as infrações de trânsito possuem natureza “*propter rem*”, ou seja, acompanham “a coisa” e não “a pessoa”, estando vinculadas ao RENAVAM do veículo e não ao CPF do proprietário, como podemos extrair do entendimento do CONTRAN que confirma a natureza “*propter rem*” da multa de trânsito através de sua **Resolução 108, do CONTRAN**:

Art.1º Fica estabelecido que o proprietário do veículo será sempre responsável pelo pagamento da penalidade de multa, independente da infração cometida, até mesmo quando o condutor for indicado como condutor-infrator nos termos da lei, não devendo ser registrado ou licenciado o veículo sem que o seu proprietário efetue o pagamento do débito de multas, excetuando-se as infrações resultantes de excesso de peso que obedecem ao determinado no art. 257 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro.

Neste caso, a transmissão dos débitos se dá de forma automática, com a venda do veículo, não podendo o comprador se negar em assumi-la, ainda que não tivesse conhecimento da infração no momento da aquisição do bem móvel, ou que ainda não aplicada a penalidade, pois pendia de decurso do prazo para apresentação de condutor, defesa de autuação e recurso à JARI, que no caso dos autos, sendo o atual proprietário e possuidor do veículo o responsável pelo pagamento da multa da infração tipificada no artigo **193 do CTB**, pois negócios jurídicos travados entre particulares não têm o condão de vincular atos da administração pública.

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE
FEVEREIRO DE 2017.**

Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO** atendem aos interesses do recorrente, pois que em matéria de fato e de Direito, em nada afetam as argumentações aqui proferidas, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **IMPROVIDO**, pelas em razões ora expostas, julgando o Registro do Auto de Infração nº **R000452985** válido, mantendo-se a responsabilidade de **HENRIQUE MEDEIROS DUARTE**, pela **infração circunscrita no artigo 218, I do CTB**.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **IMPROVIDO**, julgando como inquestionável o Auto de Infração nº **R000452985** por ser válido, mantendo-se a responsabilidade de **HENRIQUE MEDEIROS DUARTE**, pela **infração circunscrita no artigo 218, I do CTB**.

Este Acordão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 01 de outubro de 2019

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente - Relator

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular – FETRABASE

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI